

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO

PROAD 826/2025

Data e horário: 23 de mar. de 2026 14:00 BRT

Local: Híbrida (presencial na Sala de reuniões da Diretoria
Geral e via Google Meet)



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PARTICIPANTES

Portaria 4489/2024

NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA	MOTIVO
Luciana Caringi Xavier	Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rejane Carvalho Donis	Diretora-Geral	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Bárbara Burgardt Casaletti	Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Maria Augusta Kinnemann	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Curso na Ejud
Carolina Trindade de Souza	Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Fabiana da Silva Perdomo	Diretora da Secretaria de Saúde e Assistência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Juliano Machado dos Santos	Diretor da Secretaria de Comunicação Social	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Natacha Moraes de Oliveira	Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Camila Frigo	Secretária-Executiva da Escola Judicial	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Evento EJud
Adriana Werner	EJUD	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Elen Cristina Presotto	Coordenadora da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
João Henrique Carvalho de Lima Ribas	Diretor da Secretaria de Administração	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Taila Albuquerque Rodrigues	Servidora ocupante do cargo de Analista Judiciário,	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Evento EJud



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

	Especialidade Serviço Social			
Caroline de Oliveira Bertolino	Servidora ocupante do cargo de Analista Judiciário, Especialidade Psicologia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Juliana Peracini da Costa	Servidora PCD	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Luisa Bergmann	Servidora PCD	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Férias
Roberta Liana Vieira	Servidora da ASPRODEC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Lauren Fernanda Redin	Servidora da CSai	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Eliane Cristina Pereira	Servidora da CSai	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cícero Ferreira da Silva	Servidor da CSai	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Unidade de apoio executivo: Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (CSai)

Secretária: Lauren Fernanda Redin, servidora da CSai



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PAUTA

Assunto 1: Revisão das metas do **INCLUIR**.

Assunto 2: [Plano de Ação do Incluir para 2026](#).

REGISTRO DAS DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência, Luciana Caringi Xavier, autorizou dar início à reunião às 14h, saudando todos os presentes. Após as boas-vindas, passou a palavra à Unidade de Apoio Executivo, que, por sua vez, assumiu a condução da reunião, apresentando e iniciando a discussão dos itens da seguinte pauta:

Assunto 1: Revisão de metas do **INCLUIR**. **Prazo 31/03**.

Deliberação/Resultados: A comissão, nesta reunião, deliberou sobre as metas a serem revisadas.

Metas 2.1 e 2.6

Discutiu-se a necessidade de ampliar as ações de capacitação em acessibilidade. Nesse contexto, optou-se por priorizar a formação de gestores. Para tanto, sugeriu-se alterar a Portaria nº 4.880/2022, de modo a incluir ao menos uma ação de capacitação em acessibilidade voltada a esse público.

Também foi debatida a meta de capacitar 80% dos gestores, propondo-se a realização de workshops sobre acessibilidade no Encontro de Gestores. Sugeriu-se, ainda, estabelecer diálogo com a Linova para obter ideias e contribuições relacionadas aos cursos de acessibilidade, para que os cursos ofertados sejam mais imersivos e atrativos.

Entre as sugestões apresentadas, destacam-se: ampliar a oferta de cursos livres na temática de acessibilidade; solicitar que a Presidência realize o chamamento dos gestores para participação nas capacitações; e vincular datas relacionadas à



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

acessibilidade ao calendário institucional do Tribunal.

Meta 2.4

Debateu-se a meta de atingir ao menos 5% dos servidores capacitados em Libras nos últimos cinco anos. Em razão da dificuldade de alcançar esse percentual, sugeriu-se inicialmente a redução da meta para 2% no ano de 2026. Adriana Werner destacou que o curso básico de Libras é oferecido desde 2017. Fabiana da Silva Perdomo acrescentou que o Tribunal conta atualmente com 36 servidores com deficiência auditiva. Durante a discussão do assunto, verificou-se que o art. 9º da Resolução 401/2021 do CNJ, prevê: *“Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores(as) com capacitação básica em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018”*. Assim sendo, deliberou-se pela manutenção do percentual, contudo, a norma passará a vigorar com a seguinte redação:

“Meta do indicador 2.4 - Atingir, ao menos, o percentual de 5% dos servidores capacitados em Libras a cada 5 anos.”

Meta 3.1

Diante das novas tecnologias que podem ser usadas para transcrição dos eventos, inclusive com maior eficácia e menor custo, concluiu-se pela alteração da redação da meta referente à estenotipia, para contemplar também outros recursos, passando a constar:

“Metas do indicador 3.1 - Implementar, até 2026, o recurso de legendagem automática e/ou estenotipia em 80% dos vídeos transmitidos em tempo real (ao vivo).”

Meta 3.4

A servidora Adriana questionou a necessidade de solicitar recursos de acessibilidade mesmo quando nenhum participante inscrito tenha manifestado a



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

necessidade de utilização de tais recursos.

Foi sugerido que, nos casos de eventos fechados ou com público previamente definido, quando não houver solicitação de audiodescrição, não seja necessário acionar a empresa responsável pelo serviço.

Roberta manifestou discordância, defendendo que todos os eventos devem disponibilizar os principais recursos de acessibilidade.

Discutiu-se a alteração da meta referente a eventos amplamente acessíveis, sugerindo-se que se passe a considerar eventos realizados com ao menos um recurso de acessibilidade.

Também foi proposta a utilização de uma base de cálculo que não considere os cursos fechados nos quais não houve solicitação de recursos de acessibilidade.

Após discussão, deliberou-se pela elaboração de nova redação quanto ao fato gerador da meta, esclarecendo que não serão contabilizados eventos de capacitação fechados, realizados exclusivamente ao vivo, nos quais nenhum participante tenha solicitado recurso de acessibilidade.

O fato gerador da meta em questão passará a ter a seguinte redação: **“Eventos realizados com ao menos um recurso de acessibilidade disponível”**. Ficam **excluídos da base de cálculo os eventos de capacitação para público interno, realizados exclusivamente ao vivo, nos quais nenhum participante tenha solicitado recurso de acessibilidade**.

Por fim, Juliana ressaltou que atualmente grandes plataformas já utilizam recursos de inteligência artificial que podem auxiliar na oferta de acessibilidade.

Meta 5

A Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, informou que a meta de 2025 não foi cumprida em razão de questões orçamentárias e da rescisão contratual



ATA DE REUNIÃO
**COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO**

com a empresa contratada.

Destacou, ainda, que três obras de acessibilidade estão previstas para ocorrer em 2026, contudo, serão finalizadas em 2027. Foi amplamente debatida a dicotomia entre a necessidade de realizar obras de acessibilidade em todos os prédios do TRT4 e a limitação orçamentária para sua execução. Em que pese ser de conhecimento desta Comissão que a dotação orçamentária deste ano impossibilita o cumprimento da meta de adequar 16 edificações, deliberou-se pela manutenção da meta, diante de sua importância.

Assunto 2: Prazo para elaboração do [Plano de Ação do Incluir para 2026](#).

Deliberação/Resultados: Em razão do adiantado da hora, decidiu-se que a Csai encaminhará via e-mail, para os integrantes da Comissão, as ações propostas para 2026.

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
encaminhar para a Presidência revisão do INCLUIR	CSAI	08/04	
Encaminhar e-mail para os membros com as propostas do plano de ação.	CSAI	30/03	

Ata validada pelos(as) participantes via e-mail.